"Os olhos do Senhor estão sobre o reino pecador" (Am 9,8)

Profetismo e História na pregação de Amós

Jaldemir Vitório

A teologia profética consiste em diferentes leituras da história de Israel, em diferentes momentos da caminhada do povo, mas sob a perspectiva única do projeto salvífico de Javé. Em geral, a intervenção profética acontece em momentos críticos, quando se faz necessário denunciar a infidelidade a Javé e chamar o povo à conversão. Converter-se consiste em recolocar a história nos rumos queridos por Javé, deixando a salvação fluir em forma de bem-estar e prosperidade para todos. Quando o direito e a justiça tornam-se a pauta de ação do povo, a história corresponde ao querer divino.

Aqui será privilegiado o profetismo de Amós. O profeta não se contenta com a contemplação fotográfica da realidade (item 1), pois vê além das aparências (item 2). Ao desmistificar as tradições histórico-teológicas (item 3), priva os opressores dos argumentos usados para justificar a prática da injustiça, que mantém a história de Israel na contramão de Javé. Resta-lhe revelar a história querida por Javé, ancorada no direito e na justiça (item 4), e denunciar a prática cultual em voga, incapaz de incentivar os fiéis a construírem uma história compatível com a tradição teológica de Israel (item 5). O horizonte histórico-teológico do profeta ultrapassa as fronteiras de Israel, englobando os povos vizinhos, com a perspectiva de abranger todos os demais povos. A história dos outros povos passa também pelo crivo do direito e da justiça (item 6). Este é o caminho seguido por Amós na sua interpretação da história.

1. Uma fotografia da história: os beneficiários do sistema contentam-se com as aparências

O bem-estar e a prosperidade no Reino de Israel, no século VIII aC, tempo de atuação do profeta Amós, eram interpretados como sinais da benevolência divina. Multiplicavam-se construções luxuosas (Am 3,15). Vinhas esplêndidas e farta produção de vinho eram sinais de uma agricultura em franca expansão (Am 5,11). O comércio lucrativo estimulava a ambição dos comerciantes (Am 8,5). As festas religiosas caracterizavam-se pela grandiosidade (Am 5,21-23). Não havia sinais de crise política, nem o país passava por grandes dificuldades. Os aristocratas da capital sentiam-se tranqüilos e desfrutavam uma vida de prazeres, sem peso na consciência (Am 6,1.4-6a).

A estrutura religiosa, polarizada pelo santuário de Betel, escolhido para ser o local onde o rei e a sua corte prestassem culto a Javé (1Rs 12,26-33), fora colocada a serviço da monarquia. O sacerdote-chefe (Am 7,10) atuava como funcionário do rei, esquecendo a sua condição de servidor de Deus. Nesta circunstância, procurava conservar imutável a ordem sócio-político-econômico-religiosa implantada no país. Qualquer mudança incidiria sobre ele e seu cargo influente de líder religioso.

A liderança do país embalava-se na convicção de ser Israel "a primeira das nações" (Am 6,1), o povo escolhido por Javé como povo de sua predileção. A história era interpretada a partir da chamada *teologia da retribuição*. O esquema era simples: se Israel fosse fiel a seu Deus e pautasse a sua conduta pela vontade divina, seria agraciado com a bênção da paz e da prosperidade, ou seja, o *shalom*. Caso escolhesse o caminho da infidelidade, experimentaria toda sorte de castigo, destruição e morte. Dt 28 formula, com precisão, esta concepção.

Esta chave de leitura da história era aplicada a Israel de maneira quase mágica, sem se perguntar pela origem de tanto progresso material. De fato, a riqueza de Israel, no tempo de Amós, devia-se a uma confluência de fatores de política nacional e internacional. Internacionalmente, a potência hegemônica – a Assíria – passava por um acentuado momento de baixa. Reis incompetentes foram incapazes de manter a tutela do império sobre os países subjugados à força e reduzidos à vassalagem. Neste momento, Israel não teve dificuldade de suspender o pagamento do tributo cobrado pelos dominadores, resultando numa considerável poupança de divisas. Com mais dinheiro disponível, tornaram-se possíveis os investimentos no país. Imaginemos a explosão de progresso que aconteceria no Brasil, se o governo não devesse mais pagar os juros e o principal da dívida externa ... e pusesse fim à corrupção! Nacionalmente, o trono de Israel era ocupado por um rei competente, em termos políticos e administrativos. Jeroboão II permaneceu no cargo por mais de 40 anos (786-746 aC). Este dado é tanto mais admirável se considerarmos que, no Reino do Norte, não valia o critério de sucessão dinástica, como acontecia no Reino do Sul. Golpes de estado eram, geralmente, o expediente usado para apossar-se do trono. Nos 25 anos anteriores à destruição assíria, 6 reis ocuparam o trono da Samaria (2Rs 15–16). Esta instabilidade política foi denunciada pelo profeta Oséias (Os 8,4).

Jeroboão II soube tirar partido da situação. Entre outras coisas, passou a cobrar pedágio das caravanas em trânsito pelo país a caminho do Oriente e do Ocidente. A passagem pela Palestina era obrigatória. A capital – Samaria – fora construída num ponto estratégico, de forma a permitir o controle do tráfego na região. Promoveu guerra contra os países vizinhos, alargando os limites do reino e se beneficiando dos despojos dos inimigos (2Rs 14,25-28). Seu longo reinado propiciou o fortalecimento da aristocracia, tanto urbana quanto rural. Quem gozava das benesses oferecidas pelo sistema implantado no país só tinha motivos para se alegrar e se sentir agraciado por Deus.

A cobrança de impostos era, também, fonte de abundantes recursos. O peso recaía sobre os trabalhadores rurais, de quem se extorquia parte da produção, para a sustentação do reino. Esta tributação tornava pesada a vida dos campesinos, por estimular a cobiça e a ganância de quem se enriquecia a qualquer custo.

2. Uma radiografia da história: o profeta vê além das aparências

Entretanto, o profeta Amós coloca sob suspeita a segurança e a prosperidade conseguidas sob a liderança de Jeroboão II. Seu oráculo contra o rei e contra o país, pronunciado em Betel, soou como uma bomba: "Jeroboão morrerá pela espada e

Israel será deportado para longe de sua terra" (Am 7,11). A colossal estátua de bronze tinha pés de barro!

O oráculo apontava, sem meias-palavras, para o iminente castigo divino. Castigo evocava pecado. Pecado evocava idolatria. Idolatria evocava infidelidade a Javé. Infidelidade levava à ruptura com Javé e à perda dos privilégios ligados à condição de povo eleito.

O sacerdote-chefe entendeu que Amós, chamado por ele de "vidente" (*hozeh*), tramava uma conspiração contra o rei (Am 7,10). Mais um golpe de estado à vista, com perspectiva de banho de sangue, perda de privilégios, saques e vinganças! Daí a imediata providência de afastar o profeta da cidade-santuário, ordenando-lhe voltar para o seu país de origem (Am 7,12-13).

O oráculo profético fundamenta-se na percepção do esquema de injustiça instalado no país. A riqueza estava concentrada nas mãos de poucos. Estes espoliavam a parcela maior da população, em aberta contradição com o projeto de vida ansiado por Javé para seu povo, cujos eixos deveriam ser o direito e a justiça. O rei, cuja tarefa fundamental consistia em garantir o equilíbrio social, pondo-se do lado dos desfavorecidos, acobertava as injustiças, quando não as promovia. A religião, chamada a ser uma instância crítica e a exigir respeito ao projeto de Deus, era instrumentalizada pelos agentes da opressão, perdendo a sua razão de ser.

Amós desmascarou a terrível realidade acobertada com a capa do progresso. A enganosa história de bênçãos haveria de se transformar em história de maldições. Quem pensava ter Javé a seu favor, deveria preparar-se para o castigo que estava às portas.

As aparências enganam! Mas Amós não se deixou enganar. Ele bem sabia de onde vinham a prosperidade e o bem-estar, e conhecia os seus custos. A dura realidade social o afetava: o sofrimento dos fracos (Am 2,7a; 4,1; 5,11; 8,6), a falta de respeito pelo direito dos humildes (Am 2,7b; 5,12b), o abuso cometido contra as mulheres escravizadas (Am 2,7c), o uso religioso de objetos conseguidos por meios ilícitos (Am 2,8), as inúmeras violências, opressões e rapinas promovidas pela classe dirigente que atropelava o direito (Am 3,9b-10), a extorsão na cobrança dos impostos (Am 5,11b), a prática descarada do suborno (Am 5,12b), o comércio fraudulento (Am 8,5). O culto, mormente o praticado no santuário real, encobria todas estas mazelas, dando-lhes ares de legitimidade. A rejeição profética deste abuso da religião expressa-se no oráculo proferido contra o sacerdote-chefe: seu fim seria o exílio e a morte numa terra impura, após presenciar a cruel eliminação de seus familiares (Am 7,17).

3. As tradições histórico-teológicas desmistificadas

Na perspectiva bíblica, história e teologia estão indissociavelmente ligadas. A história – entendida como história da salvação – era interpretada a partir de tradições histórico-teológicas. Estas evocavam as intervenções de Javé, no passado, em favor de seu povo, libertando-o da opressão, escolhendo-o como o seu povo preferido, indicando-lhe um modo de proceder compatível com esta condição, dando-lhe uma

terra por herança e garantindo-lhe a proteção e a sobrevivência em meio a toda sorte de adversidade.

A contínua memória do passado sustentava a caminhada no presente e projetava o futuro da vida do povo. Todo o arco da história deveria, assim, trazer a marca da presença libertadora de Javé. A contrapartida do povo deveria ser a construção de uma sociedade justa e fraterna, fazendo eco às manifestações contínuas do amor misericordioso e libertador de Javé.

Embora agindo na contramão do desejo de Javé, Israel continuava a se orgulhar de sua condição de povo de Deus, enganando-se a si mesmo. Ele não se dava conta da contradição em que se envolvera. Então, Amós desfaz este mal-entendido, pondo em xeque a segurança oferecida pelas tradições religiosas. Desmistifica-as e as desautoriza!

Amós ironiza a pretensão de Israel de ser o povo eleito de Javé, com primazia sobre os demais povos. Considerando-se "a primeira das nações" (Am 6,1), Israel se auto-engana: ela será tratada como uma nação qualquer. Aliás, será tratada com mais severidade. Javé não tomará partido por ela, quando o inimigo cercar o país, desbaratar o reino e saquear os palácios (Am 3,11). Nem quando seus nobres forem tangidos para o exílio (Am 4,3), juntamente com o seu rei (Am 7,11).

A eleição divina comportava uma grande responsabilidade por parte de Israel. Se Israel esqueceu-se de corresponder à predileção divina, não podia mais contar com a benevolência de Javé. "Só a vós conheci de todas as tribos da terra, por isso eu vos castigarei por todas as vossas faltas" (Am 3,2). A perversão do povo eleito tem uma relevância especial, na medida em que a eleição comporta uma missão em relação à humanidade, como mediação de bênçãos. Tanto Noé (Gn 9,12-17) quanto Abraão (Gn 12,1-3), muito antes de Moisés e de Israel, receberam de Deus uma missão em relação ao conjunto da humanidade. O conteúdo de Gn 12,3, aplicado a Abraão, vale também para Israel: "Com teu nome serão abençoadas todas as famílias da terra". Se Israel se corrompe, torna-se uma mediação inapta para a salvação divina na história da humanidade. A denúncia profética, portanto, tem como pano de fundo a história humana no seu conjunto e não apenas a história de Israel. Urge retornar à fidelidade para toda a humanidade ser beneficiada.

Outra tradição histórico-teológica de Israel, posta em xeque por Amós, diz respeito à guia divina a caminho da Terra Prometida. Israel considerava a longa marcha pelo deserto como expressão da presença amorosa de Javé na vida do povo, conduzindo-o por caminhos perigosos e acudindo-o nos momentos difíceis, protegendo-o dos inimigos. Orgulhoso de ser privilegiado por Javé, Israel esquecia de se perguntar pelas exigências divinas, como resposta a tão grandes provas de amor. Pelo contrário, a injustiça e a opressão corromperam as relações interpessoais em Israel com o que havia de pior.

Amós confrontou Israel com uma revelação inesperada: assim como Javé guiou Israel, fez o mesmo com outros povos em busca de terra para se instalar. "Não sois para mim como os etíopes, ó israelitas? – oráculo do Senhor. Não fiz subir Israel do Egito, os filisteus de Cáftor e os arameus de Quir?" (Am 9,7). Em outras palavras, Israel não

se diferenciava dos outros povos. Antes, estava em pé-de-igualdade com eles. Mais que privilégio, cabia-lhe uma grande responsabilidade histórica, por lhe ter sido revelada sua missão em relação aos demais povos, a quem não foi concedida esta graça.

Também é desmistificada a tradição do "Dia de Javé". Na concepção popular (Jr 30,7; Jl 2,11; Sf 1,15), o "Dia de Javé" era esperado como tempo da intervenção poderosa de Javé na história de Israel, para torná-lo vitorioso sobre os seus inimigos. Um dia de libertação e de experiência do socorro divino! A expectativa do Dia de Javé trazia alegria e esperança de tempos novos.

Amós, porém, se recusava a fazer coro com o entusiasmo popular. Sua denúncia mostra o reverso da medalha: "Ai dos que desejam o Dia de Javé! Para que vos servirá o Dia de Javé? Ele será trevas e não luz! ... Não é o Dia de Javé trevas sem luz, escuridão sem claridade?" (Am 5,18.20). Ele também dirá: "Acontecerá naquele dia (o Dia de Javé) – oráculo do Senhor – que farei o sol declinar em pleno dia e escurecerei a terra em um dia de luz. Transformarei vossas festas em luto e todos os cantos em lamentação" (Am 8,9-10a).

A reviravolta prevista pelo profeta deve ter chocado os ouvidos de seus contemporâneos. A luz esperada seria sombras e trevas. A vida almejada despontaria como morte e lamentação. A libertação resultaria em destruição. Afinal, o rumo tomado pela história do povo eleito estava em aberta contradição como o querer divino, apesar de as aparências indicarem o contrário.

Israel confrontava-se com um dilema: ou a história entrava no compasso do projeto de Deus e a nação continuaria a gozar dos benefícios divinos; ou, continuando o descompasso, caminharia irremediavelmente para a morte. O destino histórico, em última análise, estava na dependência da postura teológica. As tradições teológicas, entendidas de forma inconseqüente e leviana, eram insuficientes para garantir um futuro cheio de êxitos para Israel. O elevado componente ético daquelas tradições deveria ser levado em consideração, se se quisesse garantir a sobrevivência histórica do povo eleito.

4. A história humana desejada por Deus

Na perspectiva teológica, a história humana não pode ser uma história qualquer. Deve corresponder à história querida por Deus. Dois serão seus alicerces: o direito (*mišpat*) e a justiça (*ṣedaqah*). Condenando o culto feito de exterioridade e vazio de conteúdo, Amós exorta o povo: "Que o *direito* corra como água e a *justiça* como um rio caudaloso" (Am 5,24).

O *mišpat* corresponde à ordem divina inscrita no cosmos que, posteriormente, será formulada como instrução – *Torah*. Aí está determinado o regime de relações a ser estabelecido entre os membros do povo de Israel, com especial atenção pela porção mais vulnerável da sociedade: os pobres, os órfãos e as viúvas. Era mister protegê-los contra qualquer tipo de abuso e exploração. Competia ao rei uma tarefa particular no tocante à proteção a ser-lhes oferecida.

Fica, assim, vetado ao rei, mas também aos demais detentores de poder, estabelecer normas em benefício próprio, com prejuízo dos mais fracos. Se a liderança político-religiosa se pauta pelo querer divino – o *mišpat* –, os fracos não terão motivos de temor. Caso contrário, tornar-se-ão vítimas de sua ambição implacável. Foi o que aconteceu em Israel!

Amós não suporta a corrupção dos tribunais que, por dinheiro, julgam a favor dos ricos em detrimento dos pobres. Os culpados são absolvidos e os inocentes, condenados. O profeta investe contra "quem odeia os que chamam o tribunal à ordem e tem horror de quem toma a palavra com integridade" (Am 5,10). Bem como quem, "no tribunal, enxota os pobres" (Am 5,12). Se o direito no tribunal não for, urgentemente, restabelecido (Am 5,15), Javé castigará os promotores da injustiça.

A *ṣedaqah* resulta da prática do *mišpat*. Justiça tem a ver com o respeito à dignidade de cada membro da sociedade, até o mais humilde de todos; com a defesa de seus direitos fundamentais e com a garantia de sua liberdade. A justiça é, pois, incompatível com a marginalização, a opressão, a venalidade, a corrupção, a exploração, a violência, o abuso de autoridade, vícios largamente praticados em Israel.

A carência de direito e de justiça criou uma insuportável cisão na sociedade israelita. De um lado, estava a corte da Samaria, capitaneada pelo rei e pela aristocracia da capital. E também todos os usufrutuários do sistema, fiel estrutura de apoio dos aristocratas: os juízes, os militares, os sacerdotes, os latifundiários. Enquanto o exército agia como força de coerção, a religião tendia a legitimar as múltiplas formas de abuso do poder do estado tributário. De outro, estavam os camponeses, as pessoas escravizadas e empobrecidas; os fracos e impotentes para fazer valer os seus direitos; os apegados a Javé e ludibriados em sua boa-fé. Em suma, o povo eleito, cuja vocação fundamental era a fraternidade, transformara-se num povo de opressores e oprimidos, exploradores e explorados, privilegiados e marginalizados, enriquecidos e empobrecidos. Exatamente, a sociedade abominada por Javé! Quando Javé libertou o seu povo da opressão egípcia, tinha em vista tirá-lo de situação semelhante. Nestes termos, a história de Israel, nos tempos de Amós, passava por uma perigosa regressão: voltava-se à estaca zero da libertação. Só que, agora, a opressão não era mais cometida por estrangeiros. São irmãos explorando e oprimindo os próprios irmãos.

A metáfora profética para a urgência de *mišpat* e *ṣedaqah* é sugestiva. Ela se refere a "água" e a "rio caudaloso" (Am 5,24). Para quem vivia numa região desértica e árida, a "água" tornava-se um bem altamente precioso e desejado. Sua falta significava fome, penúria ... e morte. A alusão a "rio caudaloso" aponta para a grande necessidade do direito e da justiça em Israel, sinal de escassez de ambos naquela sociedade. E mais, se Israel não se predispusesse, com urgência, a fazê-los valer, poderia preparar-se para o fim.

Esta antevisão de um fim trágico para Israel faz-se presente na pregação de Amós pelo recurso à invectiva como gênero literário, usado para veicular a sua mensagem. Seu componente literário "ai dos que..." não deixava margem para equívocos. O pano de fundo sociocultural era o lamento fúnebre (*qinah*), obrigatório por ocasião do falecimento de uma pessoa, seja ela quem fosse. Quando o profeta anuncia: "Ai dos

que desejam o Dia de Javé" (Am 5,18), "Ai dos que estão tranqüilos em Sião" (Am 6,1) ou "Em todas as praças haverá lamentação e em todas as ruas dirão: Ai! Ai!", alerta para a urgência de restaurar o direito e a justiça no país. Quem "transforma o direito em veneno e lança por terra a justiça" (Am 5,7), quem "odeia o que repreende à porta e detesta o que fala com sinceridade" (Am 5,10), quem se recusa a "estabelecer o direito à porta" (Am 5,15) não deve se iludir: a seu tempo, Javé haverá de puni-los, exemplarmente, com a morte.

Por conseguinte, para Israel a história não pode ser qualquer história. Se, por um lado, ela corresponde à intervenção salvífica de Javé, em favor de seu povo, desde tempos imemoriais, por outro, deve se construir sobre a prática do direito e da justiça, dando origem à sociedade querida por Deus. História e teologia estão mescladas de forma inextricável com a ética. A tal ponto que uma história desprovida de ética – concretizada no direito e na justiça – deixa de ser história da salvação para ser história de condenação. Em outras palavras, anti-história.

5. A inutilidade do culto: uma falsa recuperação da memória histórica

Na tradição de Israel, a prática cultual era um momento de recuperação da memória dos grandes feitos salvíficos de Javé, principalmente o evento fundante da fé javista, a libertação da escravidão egípcia. No Reino de Israel, as tradições ligadas a Moisés e ao Sinai eram cultivadas de modo particular. Longe de ser uma prática saudosista, tratava-se de perceber como Javé continuava a agir em benefício de seu povo, ou seja, como a história da salvação era levada adiante, no presente, por obra e graça de Javé.

O culto faustoso do santuário real de Betel, num tempo de prosperidade, não dava margem para dúvidas: Javé continuava a proteger seu povo, concedendo-lhe bem-estar na terra dada como herança. O amor libertador mantinha-se inalterado. Por isso, Israel assistia à derrota de seus inimigos e à consolidação do reino. O presente era digno do passado do povo!

Esta interpretação da história, própria de quem se beneficiava com a injustiça e a opressão dos mais fracos, não correspondia à de Amós. Daí ter proclamado a inutilidade do culto, incapaz de tocar a consciência dos "homens de fé", comandantes da nação. Estes se esquecem de ser Javé o único senhor da história e se comportam como deuses, tiranos de seus semelhantes.

Am 4,4-5 e 5,4-5 desautorizam a prática cultual dos principais santuários de Israel, a começar por Betel. "Ide a Betel e pecai! Ide a Guilgal e multiplicai vossos pecados!" (Am 4,4). Longe de ser lugar de culto verdadeiro a Deus, tornara-se lugar de pecado, pois o culto a Javé não gerava uma atitude correta em relação ao próximo. Como compactuar louvor a Javé com a prática da injustiça? Como louvar a Javé sem se sentir motivado a criar uma sociedade fundada no direito e na justiça? Esta desconexão entre manifestação da fé em Javé (teologia) e prática da justiça (história) é tida pelo profeta em conta de pecado.

Por isso, os sacrifícios, dízimos, holocaustos e oferendas voluntárias (Am 4,4b-5a) eram culto agradável a quem os praticava, sem, contudo, ser agradável a Deus (Am 4,5b). Javé, a quem se dirige o culto, na prática, tornava-se irrelevante, quando o coração do fiel permanecia insensível aos apelos divinos, em vista da solidariedade e da misericórdia para com o próximo.

Não faltava aos adoradores de Betel e de Guilgal o conhecimento das normas rituais, nem a disposição de se submeter, rigorosamente, a elas. Podemos imaginar com quanto entusiasmo se festejava; com quanta generosidade eram feitas as oferendas; como eram escolhidos os melhores animais para serem oferecidos, em holocausto, a Javé; o fervor dos cantos e das músicas (Am 5,21.23). Sem dúvida, os sacerdotes motivavam o povo a ser generoso, já que a generosidade atraía a benevolência divina. A insistência surtia efeito! Porém, o nó da questão estava no desdobramento ético – histórico – de tudo isto. Deus, buscado em si mesmo, sem a necessidade de passar pela história, não se deixa encontrar (Am 8,12). A busca verdadeira de Deus comporta um engajamento sincero na construção de uma história compatível com o projeto de Deus. A denúncia profética, portanto, recaía sobre o descompasso entre culto e justiça, fé e história, busca de Deus e misericórdia para com o irmão injustiçado.

Quando Javé, pela boca do profeta, exorta à casa de Israel: "Procurai-me e vivereis" (Am 5,4), logo se apressa a matizar: "... mas não procureis Betel, não entreis em Guilgal, não passeis por Bersabéia, pois Guilgal será deportada e Betel se tornará uma vergonha" (Am 5,5). A busca de Javé prescinde da peregrinação aos principais santuários do país. Para ter sucesso, a peregrinação deve seguir um itinerário diferente e passar pelos pobres, fracos, humildes, violentados, extorquidos, indigentes, justos, vítimas do suborno e da corrupção. E o culto a Javé consistirá em fazer o direito e a justiça chegarem a essa camada social. Só então, o desprezo, o desgosto e o desagrado de Javé para com a prática cultual em Israel (Am 5,21-22) não mais teria razão de ser. E o culto será, deveras, penhor de vida. "Procurai o Senhor e vivereis!" (Am 5,6a).

O profeta insiste no tema da vida por detectar sinais de morte multiplicando-se por toda a parte. O verbo viver (*hayah*) refere-se à conservação da vida terrena, na prosperidade e na paz, sem o perigo de morte violenta. Isto só acontece quando existe direito e justiça. Como a sociedade de Israel está longe deste ideal, o profeta é levado a convocar o povo para passar da morte para a vida. A vida brota de um encontro sincero e autêntico com o Senhor.

O culto é penhor de vida quando engaja o fiel na construção da história, em sintonia com o passado de libertação, fruto da ação de Javé em favor do povo, e na perspectiva da justiça, fruto da fidelidade a Javé. O culto que encoberta injustiças e não se torna um apelo à consciência do fiel para a transformação da história será ilegítimo. Am 5,6-12 alerta para o perigo de um culto irresponsável. O profeta denuncia a incapacidade de o povo captar os sinais dos tempos, tão evidentes e prementes, e a conseqüente exigência de conversão. São elencadas cinco calamidades – castigos – enviadas por Javé, falando em 1ª pessoa. Todas elas são concluídas com um refrão – "... mas não voltastes a mim" (v. 6.8.9.10.11). A volta (*shub*) a Javé – conversão (*shubah*) –

não haveria de acontecer pela via do culto. Os v. 4-5 elencam os múltiplos elementos de culto praticados em Betel e Guilgal. A conversão verdadeira passa pela via da prática do direito, donde se origina uma sociedade articulada na justiça. Este é o sentido da admoestação contida em Am 5,14-15 – "Procurai o bem e não o mal para que possais viver e, assim, o Senhor Deus Todo-poderoso estará convosco como dizeis. Odiai o mal e amai o bem, estabelecei o direito à porta. Talvez, o Senhor, o Deus Todo-poderoso, tenha compaixão do resto de José".

Am 5,12 expressa a desilusão do profeta quanto à disposição de Israel para converter-se e, conseqüentemente, quanto ao futuro do povo. "Porque vou te tratar assim, Israel, prepara-te para encontrar o teu Deus". As perspectivas deste encontro são trágicas e afetarão, de cheio, a história de Israel. Javé virá ao encontro de Israel para punir as suas faltas. Este ficará à mercê de seus inimigos. É a antevisão do fim da história de Israel. Sem direito e sem justiça, não existe história possível para o povo eleito. Am 3,12, com uma metáfora, descreve a destruição que se abaterá contra Israel. "Como o pastor salva da boca do leão duas patas ou um pedaço da orelha, assim se salvarão os israelitas que estão instalados em Samaria, na beira de um leito e sobre um divã de Damasco". Outra imagem trágica ocorre em Am 4,2-3. O texto refere-se à aristocracia samaritana, agente de injustiça e de opressão. Entretanto, o país, como um todo, sentirá os efeitos do castigo. Não há como escapar! A iminente deportação (Am 5,27a; 6,14) não será seletiva, ao se abater sobre todos. Todavia, os mais fracos serão, uma vez mais, as primeiras vítimas da injustiça alheia.

Assim, o profeta recusa-se a dar seu aval a um culto, impotente para colocar a história do povo eleito no compasso da vontade de Deus. Culto que não leva os adoradores a perceberem estar "transformando o direito em veneno e o fruto da justiça em absinto" (Am 6,12b). Mais que pessimista, o profeta está sendo realista em relação ao futuro.

6. Javé olha para além da história de Israel

Am 9,7 contém uma alusão à ação de Javé na história de outros povos, inclusive inimigos de Israel, como era o caso dos filisteus. Entretanto, Am 1,3–2,3 possibilita-nos constatar melhor como, na perspectiva de Amós, o senhorio de Javé vai além dos limites geográficos de Israel.

Trata-se de seis oráculos de condenação contra nações vizinhas de Israel, com sanções severíssimas. Em todos eles, o ponto visado é o desrespeito à dignidade humana, expresso na falta de misericórdia para com o próximo. Os agentes destas atrocidades são os exércitos com o respaldo das classes dirigentes dos diferentes países. O pecado de Damasco consistiu em "esmagar Galaad com debulhadoras de ferro". Gaza "deportou populações inteiras para entregá-las a Edom". Tiro "entregou populações inteiras a Edom e não se lembrou da aliança fraterna". Edom "perseguiu à espada seu irmão e sufocou sua misericórdia, guardou para sempre sua cólera e conservou eternamente seu furor". Amon "abriu as entranhas das mulheres grávidas de Galaad para alargar o seu território". Moab "queimou os ossos do rei de Edom até calciná-los".

Como se vê, a abordagem da história dos outros povos é feita na mesma perspectiva daquela de Israel: a Javé interessa sempre o tema da justiça. Os casos elencados são, todos eles, casos exemplares de violação dos direitos fundamentais dos seres humanos. No rastro deles, muitas outras violações, igualmente graves, devem ter sido perpetradas.

De Javé parte o juízo histórico, sempre na linha da destruição pelo fogo (Am 1,4.7.10.12.14; 2,2) e da eliminação da liderança do país – "Mandarei fogo ... que consumirá os palácios de ...". Os agentes da opressão serão eliminados pela raiz e a história desses povos chegará ao fim, pelo menos, como história de injustiça. No futuro, tudo deverá começar da estaca zero.

O interesse de Javé pelos povos vizinhos e a severidade do tratamento da injustiça cometida por eles serve de alerta para Israel. Afinal são todos povos com quem Javé não tem uma relação especial de eleição, como se dá com Israel. Diante da severidade de Javé, Israel deveria questionar-se: se Javé trata assim quem não é seu povo eleito, quanto mais severo será com quem está ligado a ele pela força de uma particular predileção e a quem revelou, com clareza, a sua vontade? Por outro lado, fica patente a preocupação de Javé – e a do profeta – com o tema da justiça. Esta deve transparecer tanto na história de Israel, quanto na história de todos os povos. A história humana, para ser história da salvação, será a história da prática do direito e da justiça. Senão, virá a destruição.

Conclusão

A cristandade passa por um momento de insensibilidade histórico-teológica. A situação de miséria de largas porções da humanidade, a contínua expansão da cultura da morte, a injustiça infligida a milhões de assalariados, a apartação social de minorias marginalizadas, a praga da corrupção, a violação sistemática dos direitos humanos, a avassaladora espiral de violência e tantas outras mazelas sociais convivem, perfeitamente, com a fé cristã, sem jamais causar intranqüilidade à consciência dos "bons cristãos". Pior ainda é a tendência verificada no âmbito de certos movimentos eclesiais, no sentido de anestesiar as consciências de seus membros, centrando-os em preocupações e práticas irrelevantes. E a nossa história vai em frente, sem atender à vontade de Deus.

O testemunho de Amós serve-nos de alerta. Urge recuperar a dimensão profética da espiritualidade evangélica, de forma que os cristãos, a exemplo do profeta Jesus, se empenhem na construção de uma história compatibilizada com o Reino de Deus, onde o amor misericordioso seja a pauta das relações sociais. Pela ação profética dos cristãos, a história humana poderá ser transformada na história querida por Deus.

Jaldemir Vitório
Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus
Cx. P. 5024
31611-970 Belo Horizonte, MG

BIBLIOTECA
Frei Capuchinhos